

**CAPÍTULO 11**  
**A QUARTA VAGA DE DEMOCRATIZAÇÃO E A SUA**  
**INFLUÊNCIA NA RÚSSIA.**  
**O INÍCIO DA TRANSIÇÃO?**

Alberto Priego Moreno

Este capítulo analisa os acontecimentos que estão a ter lugar na Federação Russa, incluindo protestos, tumultos, desobediência pública, entre outros, fenómenos que mais não são do que uma demonstração de descontentamento da população com o regime político que o presidente Vladimir Putin lidera.<sup>81</sup> No entanto, estes acontecimentos não são novos nem sequer especificamente russos, mas antes obedecem a um contexto internacional favorável à democratização tanto no mundo árabe como no mundo pós-soviético. Trata-se de um processo imparável que se iniciou há mais de dez anos com a saída do poder de Slobodan Milosevic na Sérvia, que teve a sua continuação nas revoluções coloridas (Geórgia, Ucrânia, Quirguistão) e que agora se alargou ao mundo árabe muçulmano. Como consequência da globalização, este 'vírus' parece ter afetado outras zonas do planeta como a Federação Russa. Por isso entendemos estar perante uma quarta vaga de democratização que teve a sua primeira fase nas revoluções coloridas e que, hoje, além de varrer os regimes autoritários do mundo árabe, ameaça demolir alguns regimes pós-comunistas como é o caso da Federação Russa.

---

<sup>81</sup> A conceção teórica desenvolvida neste capítulo foi publicada em Priego (2011).

## Quadro conceitual

Conceitualmente podemos distinguir dois modos de conceber democracia. Alguns autores consideram a democracia como uma escala onde os sistemas políticos se situam entre um grau máximo ótimo, que poderíamos denominar de democracia perfeita e outro, no extremo oposto, nulo,<sup>82</sup> que seria composto por regimes não democráticos essencialmente autoritários, mas também totalitários, embora estes últimos sejam bastante menos frequentes. Face a esta conceção que se poderia denominar gradual, encontramos autores que entendem a democracia como dicotómica.

Isto significa assumir a existência de uma linha que separa os regimes que cumprem uma série de características próprias da democracia daqueles que não as cumprem. No seio dos defensores desta segunda conceção, que pode ser qualificada de binária, destacam-se autores como Robert Dahl (1971), Samuel Huntington ou Juan José Linz. Para o desenvolvimento deste estudo baseamo-nos precisamente nesta segunda conceção embora não abandonemos a primeira aproximação já que a linha entre uma e outra é pouco nítida. Em qualquer caso, deve ser deixado claro que a metodologia em que este estudo assenta se insere na metodologia de trabalho desenvolvida pela *transitologia* (*transitology*).

Ao longo da história temos visto como a maior parte dos regimes não democráticos têm evoluído até sistemas democráticos através do que denominamos processos de transição. Trata-se de um processo que se inicia no século XIX e que se estende sem interrupção até aos nossos dias. Por isso, podemos afirmar que uma transição é a passagem de um regime não democrático – essencialmente autoritário, embora possa também ser totalitário – a outro regime, onde se dão condições de competência e participação adequadas para que possa ser considerado democrático. Os processos de transição democrática podem iniciar-se através de dois mecanismos distintos: liberalização e revolta-revolução.

<sup>82</sup> Esta conceção inspira o *Think-Tank Freedom House* que elabora um *ranking* de sistemas políticos numa escala do 1 ao 7 onde 1-2 corresponde a países livres, 3-5 parcialmente livres e 6-7 não livres. Disponível em [www.freedomhouse.org](http://www.freedomhouse.org).

Entendemos por liberalização as aberturas parciais de um regime não democrático que não têm por objetivo a transformação geral do mesmo nem sequer a eleição de líderes governamentais através de processos competitivos. Podemos encontrar múltiplos exemplos nos processos de transição recentes, como por exemplo a substituição de Salazar por Caetano em Portugal, a convocatória do referendo de Pinochet em finais dos anos 1980, o malogrado Tratado da União de Gorbachov ou, mais recentemente, a limitação dos mandatos presidenciais introduzida por Raul Castro, em Cuba. A liberalização pretende resolver um problema colocado ao regime quer pela população quer pela comunidade internacional. Mediante estas medidas tratar-se-ia de “despressurizar a panela de pressão” ou de acalmar o clima social. Na maior parte dos casos a liberalização não é mais do que uma forma de acabar com o descontentamento popular e, como dissemos anteriormente, vê-se reforçada pela pressão exercida desde o exterior.

Estas medidas são geralmente adotadas quando os dirigentes de regimes autoritários não são capazes de satisfazer as exigências da população e por isso se vêem obrigados a aceitar um *second best* ou a tomar medidas que num primeiro momento e de *motu próprio* nunca seriam levadas a cabo. Em várias ocasiões, o governo apenas procura assegurar a sua sobrevivência ou preparar o seu futuro num regime democrático que se delineie. Em qualquer dos casos, por vezes, a adoção deste tipo de medidas por parte do regime pode ser considerada uma debilidade do mesmo e, a médio prazo, pode mesmo propiciar o seu final.

Partindo de um enfoque sistémico relativamente às transições políticas pode-se argumentar que as populações congregam um conjunto de exigências (input) à autoridade ou governo que, se não forem atendidas em forma de respostas (output), voltam a converter-se em exigências mais radicais, dada a sua não resolução quando anteriormente formuladas. Deste modo, o regime não democrático tenderá a assumir a pressão que a comunidade internacional pode traduzir sob a forma de sanções, influência ou mesmo intervenções. Se a liberalização não solucionar os problemas associados às exigências da população, estes perdurarão no tempo, tornar-se-ão mais graves e, deste modo, encontramos-nos com o segundo caso apresentado neste texto: a revolta ou mesmo a revolução.

O segundo modo pelo qual se pode iniciar uma transição é o dueto revolta-revolução. Face à ausência de liberalização e quando a pressão exercida pela população é tão grande que possa forçar um governo a demitir-se, e inclusive em algumas ocasiões levar à falência do próprio sistema político, neste caso estamos perante o segundo cenário que designamos de revolta-revolução. Sem dúvida, é necessário diferenciar revolta e revolução. Enquanto a revolução se prende com qualquer alteração que tenha como principal objetivo a derrocada da autoridade, o conceito de revolução – na linha de Hanna Arendt – inclui dois elementos próprios que o diferenciam do conceito de revolta: a procura de uma nova ordem e desejo de liberdade (Arendt, 2004, pp.50-57).

Nem a mudança via liberalização nem a opção revolta-revolução garantem que a mudança política iniciada conduza a uma democracia. De facto, em algumas ocasiões, uma revolta – que não tem por objeto levar à derrocada do poder, mas apenas chamar a atenção para a situação difícil em que se encontra a população – converte-se em processo revolucionário e posteriormente dá lugar à democracia.<sup>83</sup> Este poderia ser precisamente o caso português. Sem dúvida, noutras ocasiões as revoltas não levaram a nada de concreto ou transformaram o regime num outro tipo de regime como aconteceu no caso do Irão de Khomeini. Este conceito, conhecido como *backsliding*, não será, no entanto, objeto de análise neste capítulo (Hague e Harrop, 2010, p. 92).

Em suma, podemos afirmar que a transição democrática é o passo para avançar de um regime não democrático para um regime democrático. O processo pode iniciar-se por um processo de liberalização e quando este não se produz, pode acabar por despoletar uma revolta ou revolução que pode levar ao colapso do sistema. Nesta situação, estaríamos também no caminho para uma transição ou, no caso de este não triunfar, estaríamos em vias de transformá-lo noutra regime autoritário com características muito diferentes.

<sup>83</sup> No caso dos Estados Unidos da América em 1776 com a Revolta do Chá em Boston que posteriormente deu lugar à Revolução Americana e a um sistema democrático como o norte-americano.

No caso de liberalizações, estas podem levar a processos de transição que por vezes se prolongam no tempo. Quando isto ocorre, a ausência de perspectiva histórica leva alguns autores a afirmar que as ditaduras se convertem em “ditamacias” ou “democraduras”.<sup>84</sup> Sem dúvida, os partidários de concepções mais dicotómicas da democracia acreditam que a democratização – tal como afirmou Barrington Moore – é um processo vinculado à modernização a que tendem todos os Estados quando incrementam o seu nível de desenvolvimento. Por isso, não devemos falar de “ditamacias” ou “democraduras”, mas antes de regimes democráticos ou autoritários.<sup>85</sup> Este seria o caso da Rússia nos dias de hoje onde, apesar de ter alcançado um nível de desenvolvimento assinalável, a sua população procura cobrir necessidades numa altura em que o governo carece de outras vias que não sejam a eficácia económica para legitimar a falta de democracia e a ausência de respeito pelos direitos humanos.

Neste ponto a aplicação da teoria das “vagas de democratização” de Samuel Huntington faz sentido. Por “vaga de democratização”, Huntington entende “um conjunto de transições de um regime não democrático para outro democrático que ocorre em determinado período de tempo e que supera significativamente as transições em direção oposta durante este mesmo período” (Huntington, 1994, p. 26). No entanto, não se trata de uma teoria que serve para explicar a situação que vivemos hoje tanto no mundo árabe como no espaço pós-soviético. Sem dúvida, é necessário clarificar dois pontos. Em primeiro lugar, nem todos os processos de transição se enquadram dentro das vagas de democratização já que em algumas ocasiões encontramos processos alheados destes processos internacionais. Em segundo lugar, deve ser assinalado que a cada uma das vagas se segue uma contra-vaga que tem um efeito contrário. Ou seja, há uma imposição das forças que procuram alterar regimes

<sup>84</sup> Este é o caso dos autores que têm uma perspectiva continuista da democracia, que significa um todo difuso que vai desde os Estados não democráticos aos democráticos com diferentes graus.

<sup>85</sup> Para as categorias de regime autoritário e não autoritário ver Linz (2000).

democráticos por autoritários.<sup>86</sup> Samuel Huntington afirma que no seu todo se produziram um total de três grandes vagas de democratização às que adicionamos uma quarta que não foi contemplada pelo autor. Entre 2003 e 2011, esta vaga atravessou países como a Geórgia, a Ucrânia, o Líbano, o Irão (fracassada), o Azerbaijão (fracassada), o Egito, a Tunísia, Myanmar, entre outros, e como contra-vaga pós-2011 temos o caso do Paraguai.

A teoria de Samuel Huntington termina nos anos noventa com o colapso do império soviético. Não obstante, a esta terceira vaga, que se centrou sobre todo o sul e leste da Europa, seguiu-se uma contra-vaga de regimes autoritários centrados sobre toda a América Latina e em menor escala na Ásia. Assim, chegamos ao ponto onde centraremos a nossa hipótese de trabalho: a existência de uma quarta vaga<sup>87</sup> de democratização que estamos hoje a viver e que afeta um grande número de Estados, como é o caso da Rússia (Priego, 2008).

### A transição na Federação Russa

A Federação Russa faz parte de um contexto regional – espaço pós-soviético – que é antes de mais uma região distinta do ponto de vista político. Na zona que compunha a União Soviética encontramos diferentes tipos de sistemas políticos como democracias mais ou menos consolidadas,<sup>88</sup> Estados em transição,<sup>89</sup> e regimes de sultanato.<sup>90</sup> Ainda se podem referir casos como o Turquemenistão, que chegam a tocar a linha do totalitarismo.<sup>91</sup> Neste contexto produziram-se movimentos sociais

<sup>86</sup> Estas contra-vagas têm forças que atuam para alcançar os seus objetivos. Na primeira vaga encontramos os 100.000 filhos de São Luís, na segunda vaga as forças soviéticas que aplicavam a Doutrina Brejnev e nesta quarta vaga as forças do Conselho de Cooperação do Golfo que atuaram para repor a ordem no Bahrein.

<sup>87</sup> A tese da quarta vaga de democratização é partilhada por vários autores, dos que se destacam McFaul (2002); Gershman (2011); Grand (2012).

<sup>88</sup> Como democracias consolidadas podemos incluir os três Estados Bálticos que são membros da OTAN e da UE.

<sup>89</sup> Tanto a Geórgia como a Ucrânia são Estados em transição.

<sup>90</sup> Exemplos claros são o Uzbequistão e o Cazaquistão, sendo que não são os únicos.

<sup>91</sup> Este seria o caso do Turquemenistão com Turkmenbashi.

tendentes à democratização que poderiam ser enquadrados dentro do que denominamos quarta vaga de democratização. Exemplos claros são a revolução rosa na Geórgia, laranja na Ucrânia, ou mesmo a revolução das tulipas no Quirguistão. Todos estes processos tiveram impacto na Federação Russa que desde meados da década atual vive um clima em que as exigências dos cidadãos não obtêm resposta adequada da parte das autoridades.

Podemos, com efeito, referir duas fases relativamente aos protestos na Rússia. A primeira (2002-2004) caracteriza-se por distúrbios que podem ser classificados como revoltas, cujo objetivo não é a mudança de regime, mas antes a transformação do mesmo, já que as reivindicações não desafiam o sistema. Face às exigências da população, o regime respondeu com a sua legitimidade baseada no crescimento económico e na segurança. Contudo, a deterioração progressiva desta fonte de legitimidade assente no incremento de insegurança visível na extensão dos atentados de Moscovo e sobretudo na deterioração económica na Rússia, levou a população a radicalizar as suas petições e a alterar as suas posições face ao respeito que nutre pelo regime. Agora, a população russa não pede uma mudança no sistema, mas antes a mudança de sistema (Dmitriev e Danielt, 2012, p. 61).

Esta segunda fase de protestos começa em dezembro de 2011. Agora os manifestantes pedem a democratização da Rússia rejeitando todas as estruturas estabelecidas em 1991. Por isso, podemos afirmar sem receio de equívoco que a Rússia está num processo de transição que se enquadra na quarta vaga de democratização. Com a Rússia em transição é necessário clarificar o tipo de regime de que partimos, o tipo de transição em que estamos, e o tipo de democracia que se alcançaria em caso de esta alteração se concretizar.

### O regime político na Federação Russa

Não há dúvida que a Rússia é um regime não democrático tal como o mostram os principais *think tanks* que se dedicam ao estudo da democracia. Por exemplo, se olharmos para os estudos da *Freedom House* damos conta que a Rússia está muito longe de ser uma democracia: entre 2002 e 2006

foi classificada como 'parcialmente livre' e desde 2006 até 2012 retrocedeu para a classificação de 'não livre'. Outros estudos, como os do *Polity IV*<sup>92</sup> ou *Democracy Index*<sup>93</sup> fazem valorizações similares do regime político russo, não deixando dúvidas quanto à real falta de pluralismo político e da sua natureza autoritária. Devemos destacar a tendência cada vez mais autoritária do regime russo que está refletida nos estudos do semanário *The Economist*. Em 2011, a Rússia desceu até ao número 117 posicionando-se já próxima de outros regimes autoritários. O *Polity IV* qualifica o regime russo atual de "close anocracy", o que significa que o pluralismo e a competitividade são muito limitados e a tendência é para que o autoritarismo aumente.

Parece claro que os regimes não democráticos são muitos e devemos por isso concretizar que tipo de regime é o da Rússia nos dias de hoje. A Federação Russa pode definir-se, seguindo J. J. Linz, como um regime autoritário pós-totalitário com elementos de regime de sultanato<sup>94</sup>. Os regimes de sultanato apresentam três características particulares que os tornam únicos: primeiro, uma conceção patrimonial do Estado, assente no conceito weberiano de "sistema político patrimonial", onde as esferas públicas e privadas se confundem. Um exemplo claro deste fenómeno é a empresa Gazprom cujo conselho de administração é liderado por políticos como o anterior primeiro ministro Viktor Zubkov ou o anterior presidente, Dmitri Medvedev. Segundo, um grupo pessoal que assenta o poder na família ou num grupo particular com sucessão dinástica ou designação indireta. No caso da Rússia alguns autores assinalam o denominado "clã de São Petersburgo" do presidente Putin onde encontramos nomes como Georgy Poltavchenko,<sup>95</sup> Sergei Sobyenin,<sup>96</sup> ou o próprio Medvedev.

<sup>92</sup> Disponível em <http://www.systemicpeace.org/polity/Russia2010.pdf>.

<sup>93</sup> O *Democracy Index* do *Economist Intelligence Unit* qualifica o regime russo de híbrido ou mais especificamente como "managed democracy", ver [http://graphics.eiu.com/PDF/Democracy\\_Index\\_2010\\_web.pdf](http://graphics.eiu.com/PDF/Democracy_Index_2010_web.pdf).

<sup>94</sup> Classificação obtida em Montero e Milley (2009).

<sup>95</sup> Georgy Poltavchenko esteve vinculado ao KGB e foi nomeado por Medvedev governador de São Petersburgo (Okorokova, 2012).

<sup>96</sup> Presidente da câmara de Moscovo e homem da confiança de Putin que já foi governador da região de Tyumen. A sua atuação nas manifestações de dezembro de 2011 e de março de 2012 foi muito criticada. Ver Zagorodnov (2010).

Geralmente trata-se de figuras vinculadas ao aparelho de segurança do antigo regime que são recompensadas com cargos envolvendo grande poder económico para evitar que atuem contra o sistema. Este traço é mais próprio dos regimes pós-totalitários do que dos regimes de sultanato, daí a introdução de algumas características deste tipo de regimes não democráticos (Linz e Stepan, 1996, p. 45). Por último, a utilização pessoal e personalista do Estado, não havendo distinção entre o Estado e a esfera individual uma vez que as estruturas do Estado são utilizadas para benefício do grupo dominante. No regime russo atual criticam-se muito as privatizações levadas a cabo na década de noventa, donde surgiram os denominados oligarcas.

Podemos definir três características principais em termos genéricos como traços fundamentais do regime russo atual. No entanto, existem outros aspetos mais concretos e mesmo menos claros que devem ser assinalados para uma clara definição do tipo de regime que temos hoje na Rússia. Refiro-me ao pluralismo, ideologia, mobilização e liderança. Quanto ao pluralismo, este é permitido a nível económico e social, embora de forma limitada e sempre submetido ao poder do grupo dominante. Exemplos incluem o caso Yukos ou a perseguição e condenação do grupo *Pussy Riot* ou de alguns líderes da oposição, como Gary Kasparov. No que concerne a ideologia, esta é gerida de forma pragmática, estando ao serviço do governante. Apesar de ter sido usado o nacionalismo e o sentimento antiocidental para mobilizar, também houve períodos de cooperação com o ocidente. Em todo o caso, neste tipo de regimes, e o caso da Rússia não é exceção, há um uso dos símbolos partidários para legitimar o próprio regime e os seus dirigentes. Relativamente à mobilização, apesar de se registar um nível baixo de mobilização na Rússia, esta tem sido instrumentalizada em vários momentos. De facto, quando se produziram episódios de mobilização, quase sempre, estes estiveram ao serviço dos interesses do regime, como por exemplo as manifestações que tiveram lugar a 12 de março em Moscovo, coincidindo com as eleições presidenciais (BBC, 2012).

O factor liderança prende-se com o grande poder detido pelo líder do regime, que recruta os seus subordinados dentro de um círculo da sua confiança. Inclusivamente, o partido político está ao serviço do líder, como

no caso do partido “Rússia Unida”. Não se tolera a emergência de outro líder incluindo dentro do próprio grupo e a lealdade baseia-se no receio de punições e no pressuposto de obtenção de benesses. Neste aspeto, o regime russo atual está mais próximo do regime pós-totalitário do que do regime de sultanato. Legitimidade, o último elemento aqui identificado, prende-se com a melhoria do nível de vida dos russos, cuja referência não seria tanto a União Soviética, mas antes os primeiros anos de independência da Rússia; a questão da segurança dos cidadãos especialmente face à ameaça do terrorismo checheno; e por fim, um elemento que permanece relativamente inalterado que é o poder externo da Rússia como grande potência. Destes três elementos, só o último permanece ativo uma vez que hoje a crise económica e a violência chechena subtraíram legitimidade ao regime do presidente Putin.

Como temos vindo a sublinhar, podemos falar de duas fases nos protestos russos em que o regime atual perdeu legitimidade, o que por sua vez abre a porta à transição na Rússia para o que seria a terceira fase, na qual nos encontramos na atualidade. A primeira fase corresponde à perda de legitimidade em termos de segurança. A tragédia do Teatro Dubrozka em 2002, e sobretudo o sequestro na Escola Número 2 de Beslan (Ossétia do Norte) em 2004 marcou um duro golpe contra o presidente Putin assim como uma radicalização das posições do círculo próximo do Kremlin onde ganharam força políticos como Rogozyn (Priego, 2002). Contudo, não se pode afirmar que estes protestos sociais destabilizaram o regime autoritário russo uma vez que o clima internacional da “guerra contra o terrorismo” permitiu a Putin implementar medidas duras que minaram o caminho da Rússia para a democracia (Priego, 2004). As classes populares com uma cultura política menos desenvolvida aplaudiram estas medidas duras contra os terroristas e começaram a converter-se na “audiência de Putin”.<sup>97</sup> Mais tarde, nas vezes em que se repetiram atentados terroristas protagonizados por chechenos, parte da população exigiu “a mão dura do presidente Putin” (Priego, 2010).

A segunda fase prende-se com a perda de legitimidade económica. Um dos problemas que a Rússia tem de enfrentar é económico. Até 2007

a Rússia apresentou números impressionantes de crescimento, muito vinculados aos preços dos hidrocarbonetos. Assim, a descida dos preços dos hidrocarbonetos entre 2008 e 2009 vinculada, entre outros factores, ao surgimento de outras energias alternativas, supõe uma ameaça para a economia russa e, também, contra a legitimidade do próprio regime. A este problema temos que somar a falta de confiança dos investidores que tem provocado a intensificação da fuga de capitais (Satter, 2012).

Conhecendo esta realidade, em meados da década, o governo de Putin decidiu levar a cabo uma série de medidas muito impopulares como elevar as taxas de importação de bens estrangeiros, especialmente veículos ou a monetização das pensões. O objetivo foi evitar que os problemas económicos pudessem afetar a legitimidade do regime. Contudo, longe de solucionar o problema, o governo enfrentou contestação nas ruas. Segundo alguns políticos da oposição organizaram-se manifestações que envolveram cerca de 300 mil pessoas em cidades como Vladivostok, bem como se registaram os mais baixos níveis de popularidade de Putin. De facto, estes acontecimentos provocaram uma mudança de atitude do governo russo que desde esse momento adotou uma política mais paternalista para com as classes menos favorecidas. Esta levou a um aumento dos gastos sociais limitando os recursos do Estado para implementar os projetos reformistas de Medvedev que pretendiam assegurar um crescimento sustentável necessário para a legitimidade política do regime.

Assim, o regime de Putin encontra-se numa situação de grande complexidade. Perdida a legitimidade gerada pela segurança, deve confiar-se na economia. Por um lado, é necessária uma grande quantidade de recursos a curto prazo para legitimar as políticas sociais que a apoiam, especialmente junto da população mais vulnerável, o que por sua vez obriga a confiar numa economia pouco diversificada assente nos hidrocarbonetos. Esta determinação converte a Rússia numa economia vulnerável pela volatilidade dos preços internacionais da energia. Por outro lado, a necessidade de gastar boa parte dos rendimentos obtidos com a energia em políticas sociais que geram legitimidade política, impede que se apliquem recursos financeiros noutras ações de diversificação da economia e de garantia de um crescimento económico sustentável. Este foi o caso

<sup>97</sup> Para uma perspetiva mais ampla do conflito na Chechénia ver Priego (2000).

do projeto Skolkovo, um *Silicon Valley* nas imediações de Moscovo que teve de ser cancelado por falta de recursos. Assim, podemos afirmar que perdida a legitimidade relativa à segurança e às dimensões económica e social, o regime russo está destinado a uma transição política que se viu acelerada pelas eleições de 2011.

### O início da transição na Rússia: a terceira fase

Poderíamos fixar as eleições parlamentares de dezembro de 2011 como um ponto de inflexão que marca o início da transição russa. As exigências da população que vinham pressionando o governo foram-se radicalizando face à falta de resposta adequada. Ao mesmo tempo a legitimidade de que gozava o regime com base na economia e na segurança foi-se desvanecendo e assim chegamos às eleições parlamentares de dezembro de 2011 onde a situação mudou radicalmente. Por um lado, a população passou pela primeira vez desde a independência da Rússia a questionar o sistema político. Por outro lado, as exigências mudaram drasticamente passando do pedido de reformas dentro do sistema para a exigência de um novo sistema. O regime político exigido pela oposição é o de uma democracia, o que permite afirmar que na Rússia a transição está em curso, tratando-se de um processo revolucionário, já que cumpre os requisitos identificados por Hannah Arendt como necessários: a procura de algo novo e a sua âncora na exigência de liberdade.

Esta terceira fase inicia-se em setembro de 2011 quando Vladimir Putin é nomeado candidato à presidência em vez de Medvedev (Barry, 2012d). Os cidadãos russos, apesar da política repressiva em áreas como os meios de comunicação social ou o pluralismo político, consideravam que a única opção de mudança para a Rússia passava por um segundo mandato de Medvedev. A alteração de candidato supôs uma descida brusca das expectativas que levou a que os russos passassem a assumir a mudança de sistema ou revolução em lugar de alterações no próprio sistema. Neste sentido, devemo-nos apoiar na teoria de J. Davies para explicar a mudança de mentalidade dos cidadãos russos. Segundo Davies,

os cidadãos optam pela revolução quando se produz um distanciamento face à realidade, minando as expectativas. Enquanto o diferencial entre realidade e expectativas era visível, a opção desejada pela população era proceder a alterações dentro do regime que solucionariam as disfunções existentes. Além do mais, a situação de segurança e pacificação do Cáucaso do Norte e o bom encaminhamento da economia permitiu crescimento e consequentemente um clima de maior estabilidade. Contudo, a nomeação de Putin como candidato às presidenciais abriu uma caixa de pandora cuja primeira crise chegou em dezembro de 2011, com as eleições parlamentares.

### As eleições parlamentares de 2011 e as presidenciais de 2012

As eleições parlamentares e presidenciais merecem atenção. Tanto as eleições parlamentares de dezembro de 2011 como as presidenciais de março de 2012 foram duramente criticadas pela comunidade internacional e pela própria oposição russa. Como dados mais significativos podemos referir a afluência às urnas na Chechénia que alcançou 99.5%, número que se torna alvo de suspeição. As eleições de dezembro de 2011 não anteciparam a saída de Putin do poder, mas o fim do monopólio político do seu grupo. Ainda assim, com grandes irregularidades o partido "Rússia Unida" obteve uma importante vitória que, no entanto, não lhe garantiu maioria absoluta na Duma.

**Quadro 1:** Resultados das eleições parlamentares russas de dezembro de 2011

Partido Político	Porcentagem de votos obtidos
Rússia Unida	49.3%
Partido Comunista Russo	19.2%
Rússia Justa	13.2
Democratas Liberais	11.7
Yabloko	3.4
Patriotas da Rússia	1.0
Causa Justa	0.6

Fonte: RIA NOVOSTI, dezembro 2011

A pressão internacional e a reprovação interna levaram a grandes manifestações que tiveram o seu ponto culminante no dia 24 de dezembro. As concentrações populares não se reduziram a Moscovo ou São Petersburgo, mas estenderam-se desde o Báltico até Vladivostok. A oposição conseguiu consensualizar um manifesto assinado por personalidades tão diferentes como Mikhail Gorbachov ou o cantor de *rap* Noize NC, que continha os seguintes cinco pontos:

- a) Liberdade dos prisioneiros políticos;
- b) Cancelamento dos comícios;
- c) Demissão de Vladimir Surkov, concretizada a 27 de dezembro de 2011;
- d) Participação da oposição e nova legislação sobre partidos políticos;
- e) Democracia livre e comícios transparentes.

Note-se que os últimos pontos comprovam a mudança de atitude da população que já não se conforma com mudanças formais, mas que anseia por uma verdadeira mudança que pode mesmo ser considerada revolucionária. As alterações introduzidas pelo governo, como a demissão de Surkov e a abertura de um processo de investigação não serviram para satisfazer a população que exige uma verdadeira alteração com as características que assinalamos como próprias de uma revolução.

As eleições presidenciais de março não foram muito diferentes embora seja certo que as manifestações não tiveram tanto êxito dada a aprendizagem das autoridades face à má experiência de dezembro de 2011. A polícia russa deteve mais de 100 mil pessoas, muitas delas que se haviam juntado numa manifestação autorizada pelo próprio Kremlin. Entre os detidos encontravam-se membros importantes da oposição, como Alexei Navalni, Serguei Udaltsov ou Iliá Iashin. Após a publicação dos resultados, onde se anunciava que Putin tinha obtido 63.81% dos votos e que por isso não seria necessária uma segunda volta, o vencedor apresentou-se em tom desafiante perante 100 mil seguidores, afirmando que nada nem ninguém se podem impor à Rússia, e que o povo russo sabe distinguir a linha da renovação da linha da destruição, demonstrando os fundamentos da política que tem marcado a sua presidência (Putin, 2012).

Perante todos estes problemas que assinalamos o regime foi solucionando a situação genericamente com mais dureza e ausência de liberalização, o que foi radicalizando as exigências da população. Ao mesmo tempo, e ainda que seja certo que a oposição esteja desunida, esta foi somando não apenas importantes apoios de diferentes setores da população, bem como importantes figuras da sociedade russa. Contudo, há um elemento fundamental que tem feito variar a situação que nos faz pensar que o processo de transição se acelerou: um contexto internacional mais favorável à democratização. Como analisado ao longo deste capítulo, encontramos-nos na quarta vaga de democratização e isso está a limitar a Rússia nas suas reações. Se bem que é certo que as revoluções coloridas contavam com partidários e detratores nas chancelarias ocidentais, as denominadas revoluções árabes levantaram mais intrepidez que receios. É precisamente neste contexto que devemos enquadrar os protestos nas ruas russas, não apenas como um ataque contra o próprio regime, mas também contra a sua projeção no exterior, já que uma boa parte dos seus aliados internacionais como Khadafi ou Al Assad sofreram ou estão a sofrer situações de extrema gravidade. Além do mais, uma vez que Putin perdeu as duas fontes principais de legitimidade – segurança interna e crescimento económico – apenas resta a manutenção da Rússia como potência global e este ponto também se vê ameaçado pelas mudanças nos equilíbrios de poder provocados pelas revoluções árabes.

Outro aspeto decisivo é a mudança fundamental de atitude da oposição. A aposta na revolução face à revolta permite-nos afirmar que enquanto até dezembro de 2011 a opção era a revolta, ou seja, proceder a alterações no regime, hoje a postura é favorável à revolução já que não se pede uma renovação do regime, mas antes um novo sistema político.

Podemos afirmar que mesmo que não triunfe, o movimento de oposição a Putin cumpre os requisitos que assinalamos como necessários para poder falar de revolução. Por um lado, procura-se algo novo, um novo tipo de organização que nada tenha a ver com a anterior. Neste caso parece que as pretensões dos manifestantes não são outras que a democracia liberal ou legalista, usando a terminologia de David Held (2007). Por outro lado, o movimento seria conduzido pela vontade de liberdade que inspiraria os

membros da oposição. O exemplo mais claro destes desejos de liberdade é incarnado pelos membros do grupo *Pussy Riot* que se converteram num ícone tanto nacional como internacional deste movimento.

Podemos assim afirmar que a Rússia se encontra num processo de transição político com características revolucionárias e que tem por objetivo a democratização do país. A opção de Putin volta a ser a repressão face à liberalização desde que regressou ao Kremlin, visível no aumento da repressão tal como demonstra a sua posição relativamente à Síria, a imposição de multas aos manifestantes (Barry, 2012b) e a sentença no caso *Pussy Riot*, que analisamos em seguida.

### *O caso Pussy Riot*

Um dos acontecimentos que tem ensombrado este mandato do presidente Vladimir Putin é o denominado caso *Pussy Riot*. A 21 de fevereiro de 2012, três elementos do grupo punk *Pussy Riot* – Nadezhda Tolokonnikova, Yekaterina Samutsevich e Maria Alyokhina – irromperam pela Catedral de Cristo Salvador. Depois de se curvarem no altar e se benzerem, começaram a interpretar uma canção em que pediam à Virgem Maria (*Theotokos*) que livrasse o povo russo de Putin. Fizeram também referências ao Patriarca Ortodoxo Russo – Cirilo I – afirmando que este acreditava mais em Putin do que em Deus. De facto, Cirilo I expressou em algumas ocasiões o seu apoio ao atual presidente russo (Stephen, 2012).

No início de março estas três cantoras foram detidas, acusadas de vandalismo e ódio religioso, ainda que só em junho tenham sido formalizadas as acusações, violando todas as garantias processuais, como por exemplo a prisão preventiva, que em julho se estendeu por mais seis meses. De facto, as principais organizações defensoras dos direitos humanos, como a Amnistia Internacional<sup>98</sup> e a *Human Rights Watch*<sup>99</sup>,

<sup>98</sup> Disponível em <http://www.amnesty.org/fr/node/33367>.

<sup>99</sup> Disponível em <http://www.hrw.org/news/2012/08/17/russia-band-members-conviction-blow-free-expression>.

criticaram duramente as autoridades russas na gestão do caso *Pussy Riot*. Os advogados dos membros do grupo qualificaram a situação como pior que na época soviética (Elder, 2012b), tendo inclusivamente afirmado que as suas clientes haviam sofrido torturas na prisão (ver Oates, 2007).

Após o julgamento, que recordou eventos passados como o julgamento do caso Yukos, estes três elementos do grupo foram condenados a dois anos de prisão (The Guardian, 2012). Após a sentença, a Rússia foi alvo de uma torrente de críticas, procedentes de ministérios dos negócios estrangeiros e da sociedade civil, através das redes sociais como *Facebook*, *Tuenti* ou *Twitter*. Como vem sendo habitual, o *Foreign Office* britânico (The Guardian, 2012) foi um dos mais duros para com o Kremlin, ainda que a Secretária de Estado norte americana e a Alta Representante da União Europeia para os assuntos internacionais também tenham pronunciado críticas importantes.

Esta questão deve ser interpretada dentro da lógica de um país que se encontra embebido numa transição política. O grupo de música adiciona um pouco mais à falta de legitimidade do grupo de Vladimir Putin e do próprio sistema política russo. As *Pussy Riot* não fizeram mais do que exaltar as exigências de democracia da população, conhecendo a debilidade do governo Putin-Medvedev, que adicionalmente se encontra limitado não só pela pressão dos seus cidadãos mas, e acima de tudo, pela comunidade internacional que observa as ações da Federação Russa perante a oposição em geral, e perante os membros do grupo *Pussy Riot*, em particular. De facto, importantes figuras da oposição como Navalny ou Kasparov têm demonstrado abertamente o seu apoio às *Pussy Riot*.

Mas para além do caso *Pussy Riot*, os membros do grupo estão a converter-se num símbolo, a nível nacional e internacional. Para alguns, as *Pussy Riot* são a nova versão dos sete ativistas que se manifestaram na Praça Vermelha contra a invasão da Checoslováquia em 1968. Para outros, as suas atuações em *Lobnoye Mesto* têm semelhanças com as manifestações da Praça Tahir no Egito. De qualquer modo, colocaram o governo de Putin perante as opções de liberalização ou repressão, tendo este claramente optado pela segunda, deteriorando muito a sua imagem internacional e favorecendo a transição.

## Conclusão

A Rússia encontra-se num processo de transição para a democracia. Depois da independência, o processo não culminou com uma democratização do país. Ao invés, foi criado um sistema autoritário, entre o regime de sultanato e o pós-totalitarismo. Ainda que tenham existido alternâncias no que se refere aos líderes do regime, estas não variaram muito. Ieltsin, Putin, Medvedev e mais uma vez Putin, foram os chefes de Estado da Rússia, embora acima deles esteja subjacente uma estrutura proveniente da era soviética que é quem governa verdadeiramente o país.

As primeiras perguntas chegaram no início do século XXI, porém a existência de uma dupla legitimidade – económica e de segurança –, juntamente com a falta de uma cultura política adequada, impediu que pudesse ser iniciado um processo de transição. Contudo, os atentados terroristas e a crise económica acabaram com a legitimidade de um regime que passou de precisar de reformas para necessitar de uma mudança mais profunda. A população russa tornou explícita esta necessidade nas eleições legislativas de 2011, e pouco depois nas presidenciais de 2012. As poucas expectativas de mudança que poderiam ter sido representadas com Medvedev, ficaram sem efeito com a nomeação de Putin como candidato ao Kremlin em setembro de 2009. Este facto provocou a revolta da população, que passou a pedir a substituição do sistema autoritário por um democrático. Hoje Medvedev passou para um segundo plano e as suas políticas mais ou menos liberais e de abertura são só uma recordação (Barry, 2012d).

Trata-se de um processo revolucionário visto que cumpre os requisitos que Hanna Arendt estabelece como necessários para se falar de revolução. Deve ser algo novo e deve ser guiado por desejos de liberdade. No entanto, isto não significa que este processo revolucionário acabe em democracia, visto que as transições são processos incertos. A comunidade internacional mostrou o seu apoio à oposição, com o caso *Pussy Riot*, o que provocou críticas contra o governo de Putin e a sua ingerência no sistema judicial russo.

Hoje podemos afirmar que a Rússia está em transição, no entanto isso não implica que no dia de amanhã será uma democracia. Se, no final, a Rússia se democratizar, um dos aspetos que mais seria afetado seria a sua

política externa que, sem dúvida, seria menos agressiva, tanto no 'estrangeiro próximo' como nas suas relações com o ocidente. Em primeiro lugar, lidemos com a sua zona de influência. Sem perder a influência que Moscovo tem sobre as ex-repúblicas soviéticas, parece que a Rússia se vai converter num pólo de democratização e num exemplo para o resto dos Estados da região. Provavelmente teriam que ser reconfigurados os acordos regionais, como a Organização do Tratado de Segurança Coletiva, que estão baseados num sistema de quase dominação russa. Moscovo perderia a capacidade de influência sobre os governantes, muitos deles provenientes da época soviética, e a única referência não-democrática seria a China.

Por outro lado, a sua atuação no seio do Conselho de Segurança seria distinta, já que sendo democrática e estando comprometida com os direitos humanos, ver-se-ia obrigada a mudar as suas linhas orientadoras na política externa, até agora centradas no apoio a Estados autoritários, como o Irão, Venezuela ou Síria. A confrontação recorrente e retórica com a Aliança Atlântica deixaria de existir e entraríamos numa fase de cooperação com a organização. Algumas conjeturas têm sido vislumbradas em momentos anteriores, como nos anos em que Kozyrev foi ministro dos negócios estrangeiros, com Boris Ieltsin. A União Europeia seria outro dos pontos que mais seriam favorecidos na agenda, já que a sua relação seria baseada num tratamento entre iguais e as relações UE-Rússia perderiam um elemento recorrente de fricção. Inclusivamente, poderia solicitar a sua entrada nestas organizações internacionais, embora tivesse que ser apurado o cumprimento dos critérios geográficos.

Tal como defendem os idealistas, as democracias não fazem a guerra e o mundo é mais estável quanto mais democracias houver. Assim sendo, a democratização da Rússia implicaria muito provavelmente a concretização última do final da Guerra Fria.

## Bibliografia

- ALVAREZ VELEZ, Maria Isabel - *Las Cortes de Cádiz y la Constitución de 1812: La primera revolución liberal española?* Madrid: Ed. Cortes Generales, 2012.
- ARENDR, Hannah - *Sobre la Revolución*. Madrid: Alianza Editorial, 2004.

AZHGIKHINA, Nadezhda - The Struggle for Press Freedom in Russia: Reflections of a Russian Journalist. *Europe-Asia Studies*. Vol. 59, n.º 8 (2007), p. 1245-1262.

BARRY, Ellen - Waiting in wings, the next President Putin, *The New York Times*, 28 setembro 2011a.

BARRY, Ellen - Architect of Russia's Political System under Putin is Reassigned, *The New York Times*, 27 dezembro 2011b.

BARRY, Ellen - Russia Lawmakers take steps to impose step fines on demonstrators, *The New York Times*, 5 junho 2012c.

BARRY, Ellen - Putin's Russia hits the clear button on the Medvedev Era, *The New York Times*, 20 setembro 2012d.

CLARK, William A. - The presidential transition in Russia. *Electoral Studies*. Vol. 28, n.º 2 (2008), p. 342-345.

DAHL, Robert - *Polyarchy: Participation and Opposition*. New Haven, Yale University Press, 1971.

DMITRIEV M., e TREISMAN, Danielt - The Other Russia. Discontent Grows in the Hinterlands. *Foreign Affairs*. Vol. 91, n.º 5 (2012), p. 59-72.

ELDER, Miriam - Pussy riot trial worse than Soviet Era, *The Guardian*, 3 agosto 2012b.

El Mundo - Putin, 5 março 2012.

ENGLUD, Will - Putin Web launch ignores Russian protests, *The Washington Post*, 12 janeiro 2012.

ENNIS, Stephen - Russian Church leader under fire after backing Putin, *BBC*, 10 abril 2012. [Acedido a 14 de jan. de 2013]. Disponível na Internet: <http://www.bbc.co.uk/news/world-europe-17667782>.

GERSHMAN, Carl - The Fourth Wave. Where the Middle East revolts fit in the history, *The New Republic*, 14 março 2011.

GOLOSOV, Grigori - Russia's Regional Legislative Elections, 2003-2007: Authoritarianism Incorporated. *Europe-Asia Studies*. Vol. 63, n.º 3 (2011), p. 397-414.

GOODE, Paul - The puzzle of Putin's gubernatorial appointment. *Europe-Asia Studies*. Vol. 59, n.º 3 (2007), p. 365-399.

GRAND, Stephen - Starting in Egypt: The Fourth Wave of Democratization?. Brookings, 10 fevereiro 2012. [Acedido a 4 de set. de 2012]. Disponível na Internet: <http://www.brookings.edu/research/opinions/2011/02/10-egypt-democracy-grand>.

HAGUE, Rod and HARROP, Martin - *Comparative Government and Politics*. Basingstoke: Palgrave, 2010.

HANSON, Philip; NIXEY, James; SHEVTSOVA, Lilia e WOOD, Andrew - Putin Again. Implication for Russia and the West. A Chatham House Report, Chatham House-RIIA, 2012.

HELD, David - *Modelos de Democracia*. Madrid: Alianza Editorial, 2007.

HENDERSON, Jane - *The Constitution of the Russian Federation. A Contextual analysis*. Oxford and Portland, Oregon: Hart Publishing, 2011.

HUNTINGTON, Samuel - *La Tercera Ola. La democratización a finales del Siglo XX*. Barcelona: Editorial Paidós, 1994.

KUDESCHKINA, Olga - Reforming the Courts. The EU-Russia Centre Review. N.º 19, outubro 2011.

LINZ, Juan - *Totalitarian and Authoritarian regimes*. Boulder and London: Lynne Rienner, 2000.

LINZ, Juan e STEPAN, Alfred - *Problems of Democratic Transition and Consolidation. Southern Europe, South America and Post-communist Europe*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1996.

MCFAUL, Michael - The Fourth Wave of Democracy and Dictatorship: Noncooperative Transitions in the Postcommunist World. *World Politics*. Vol. 54, n.º 2 (2002), p. 212-244.

MONAGHAN, A.C - The End of the Putin Era?. Carnegie Endowment for International Peace, julho 2012.

MONTERO, J.R. e MILLEY, T. - *Sistemas totalitarios y regimenes autoritarios. Obras completas de Juan J. Linz*, vol. 3. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales y Políticos, 2009.

OATES, Sarah - The Neo-Soviet Model of the Media. *Europe-Asia Studies*. Vol. 59, n.º 8 (2007), p. 1279-1297.

OKOROKOVA, Lidia - New Man in Saint Petersburg, *The Moscow News*, 25 agosto 2012. [Acedido a 1 de set. de 2012]. Disponível na Internet: <http://themoscownews.com/russia/20110825/188961522.html>.

PRIEGO, Alberto - La evolución del conflicto en Chechenia. *UNISCI Papers*. N.º 20 (2000).

PRIEGO, Alberto - Chechenia: Conflicto en la Rusia Post-Soviética, *El Mundo*, 27 outubro 2001.

PRIEGO, Alberto - Bestán: un punto de inflexión en la lucha contra el terrorismo checheno. *UNISCI Discussion Papers*. N.º 6 (2004).

PRIEGO, Alberto - Osetia del Sur: la cúspide del desencuentro entre EE.UU. y Rusia. *ARI* 108/2008, 17 setembro 2008.

PRIEGO, Alberto - Fantasmas chechenos en el Kremlin, *El País*, 6 abril 2010.

PRIEGO, Alberto - La primavera árabe: una cuarta ola de democratización?. *UNISCI Discussion Papers*. N.º 26 (2011). [Acedido a 1 de set. de 2012]. Disponível na Internet: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/767/76718800004.pdf>.

PRIEGO, Alberto - De la Primavera Árabe a la Primavera Rusa?. *Razón y Fe*, fevereiro 2012.

RUTLAND, Peter - Russia as an Energy Superpower. *New Political Economy*. Vol. 13, n.º 2 (2008), p. 203-210.

SATTER, David - Russia's Looming Crisis. Foreign Policy Research Institute, março 2012.

SHARP, Gene - *From Dictatorship to Democracy*. London: Serpent Tail, 2012.

SHERLOCK, Thomas - Confronting the Stalinist Past: the Politics of Memory in Russia. *The Washington Quarterly*. Vol. 34, n.º 2 (2011), p. 93-109.

SNETKOV, Aglaya - The Image of the terrorist Threat in the Official Russian Press: the Moscow Theatre Crisis (2002) and the Beslan Hostage Crisis (2004). *Europe-Asia Studies*. Vol. 59, n.º 8 (2007), p. 1349-1365.

YAKOIEVA, Yana - Managing Russian Business through the Criminal Code. *The EU-Russia Centre Review*. N.º 19 (2011), p. 9-13.

ZAGORODNOV, Artem - Focus on Moscow's new mayor Sergei Sobyenin. *The Telegraph*, 28 outubro 2010.

ZIKIGAYEVA, Aigerim - What does the Arab Spring Mean for Russia, Central Asia and the Caucasus?. *Center for Strategic and International Studies*, setembro 2011.

